



Relatório de Disciplina de Mercado

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals

Declaração das responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras intercalares de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) que dêem uma imagem fiel da situação financeira do FNB Moçambique S.A. ("o banco") no termo do período findo em 30 de Junho de 2016, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do período e informações contidas no Relatório de Disciplina de Mercado.

Na preparação das demonstrações financeiras intercalares e Relatório de Disciplina de Mercado, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas, foram feitas estimativas razoáveis e foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto que é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o período findo em 30 de Junho de 2016.

O Conselho de Administração se comprometa a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o Relatório de Disciplina de Mercado se refere.

Para permitir ao Conselho de Administração cumprir estas responsabilidades:

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do banco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco na empresa centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o banco.

A função de auditoria interna do banco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito ao Comité de Auditoria, análise, avaliação e, quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O Comité de Auditoria, juntamente com os auditores internos e externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do banco e pela auditoria interna, nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração para indicar que os controlos internos são insuficientes e que os registos financeiros não possam ser invocados na preparação das demonstrações financeiras intercalares de acordo com as NIRFs e o Relatório de Disciplina de Mercado em conformidade do Aviso 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique e manter a prestação de contas de activos e passivos do banco. Nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração a indicar qualquer falha no funcionamento dos controlos internos, resultando em uma perda material para o banco, durante o período em análise.

Âmbito de aplicação

O presente relatório de "Disciplina de Mercado" é relativo ao período findo em 30 de junho de 2016.

FNB Moçambique S.A. é uma banco criado em Moçambique e tem a sua sede situada na Avenida 25 de Setembro N° 420, em Maputo. O banco presta serviços no retalho, comércio e banca corporativa e outros serviços relacionados. O FNB Moçambique S.A. iniciou a sua actividade em Maio de 2001, com o nome BDC - Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL. Em Julho de 2007, o FirstRand Moçambique Holdings Lda adquiriu 80% das acções do BDC, passando a designar-se FNB Moçambique S.A.

Estrutura de capital

Sendo Moçambique um mercado importante para a FirstRand Moçambique Holdings Lda, em Outubro de 2007, adquiriu 9,99995% das acções que pertenciam ao Banco Efisa, aumentando desta forma a sua participação no capital para 89,99994%, sendo que o Sr. John Macaskill, quadro sénior do Grupo FirstRand adquiriu 0,00006% do remanescente das acções que pertenciam ao Banco Efisa. Em Julho de 2014, o FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited adquiriu 0,00006% das acções do John Macaskill.

Acções ordinárias

19 575 469 (30 de Junho de 2015: 14 595 469) acções ordinárias de MT 100 cada, autorizadas e emitidas (sem acções não emitidas).

Accionista	30-06-2016	30-06-2015
FirstRand Moçambique Holdings (90,00% - 13.135.913 acções)	1 761 791	1 313 591
GCP - Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais (10,00% - 1.459.547 acções)	195 755	145 955
FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited (0,00% - 9 acções)	1	1
	1,957,547	1,459,547

Gestão do capital

Os objectivos do banco relativamente à gestão do capital (que é um conceito mais amplo do que os fundos próprios evidenciados no balanço), são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, instituição responsável pela regulação do sector de actividade onde o banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do banco em termos de continuidade das suas operações de forma que possa continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados, e
- Manter uma forte estrutura de capital que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação dos níveis de capital e a sua manutenção para efeitos reguladores é objecto de monitoria regular por parte da direcção do banco, utilizando esta, para o efeito, técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco Central numa base mensal. O Banco Central requer que cada banco ou Grupo financeiro:

- Mantenha um valor mínimo de capital regulamentar no montante de 70.000.000 de Meticals; e
- Mantenha um rácio de adequação do capital regulamentar igual ou superior a um mínimo de 8%.

O capital regulamentar do banco é apurado de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto nos Avisos nºs. 11/GBM/2013 até 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (TIER I) com os fundos próprios complementares (TIER II):

	30-06-2016	30-06-2015
--	------------	------------

O quadro abaixo sumariza a decomposição do capital regulamentar e os rácios do banco para os períodos findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015. Durante estes dois anos, o banco cumpriu integralmente com todos os requisitos a que esteve sujeito em termos do seu capital.

Acções ordinárias	1 957 547	1 459 547
Reservas	145 230	82 249
Resultados transitados	356 893	-
Capital Tier 1	2 459 670	1 541 796
Activos intangíveis	(57 025)	(42 070)
Passivos subordinados	63 640	38 970
Excesso do limite de crédito	1 471	1 148
Outras deduções ao crédito	(7 120 73)	(568 867)
Capital regulamentar	(703 987)	(570 819)
Exposições registadas no balanço	10 936 922	8 262 991
Exposições não registadas no balanço	831 100	930 459
Risco operacional	173 173	123 520
Risco de Mercado	94 064	233 231
Total do risco ponderado dos activos	12 035 259	9 550 201
Rácio de solvabilidade	14,59%	10,17%

Risco de solvência

O capital e a manutenção de níveis adequados de reservas são evidência do compromisso dos accionistas em assegurar a continuidade das operações e a solvência do banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de adequação de capital, o qual requer que o capital seja mantido em relação às classificações do risco ponderado do activo. O banco e os seus accionistas assumiram o compromisso de reter um capital suficiente para manter o rácio de adequação acima dos níveis exigidos pelo banco de Moçambique, o qual se encontra fixado em 8%. O rácio de solvabilidade do banco em 30 de Junho de 2016 era de 14,59% (30 de Junho de 2015: 10,17%).

Adequação de capital

O objectivo global de gestão do capital e processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do FNB Moçambique é manter os rácios de capital e uma forte classificação de crédito. Estes objectivos devem garantir a confiança na solvência e qualidade do capital no banco durante os períodos de calma e de stress da economia e dos mercados financeiros, apesar de ainda disponibilizar um retorno adequado aos seus accionistas. Para o alcance deste objectivo, o FNB Moçambique procura:

- Estabelecer estruturas, políticas e procedimentos para a gestão eficaz da procura e fornecimento do capital;
- Criar e gerir uma carteira de negócios e seus riscos, através de:
 - Alocação de capital activo que apoia a estratégia do grupo e apetite de risco;
 - Optimização da combinação do capital dentro dos limites regulamentares e outros; e
 - Gestão activa da estrutura da sua base de capital para garantir que continue eficaz enquanto cria valor para os seus accionistas.

- Manter o capital suficiente para satisfazer:
 - Os requisitos regulamentares do capital;
 - Os requisitos do capital interno; e
 - O apetite de risco do Grupo.
- Operar em níveis de capital acima dos requisitos mínimos, a fim de explicar e suportar o impacto de um evento de esforço grave;
- Assegurar uma cobertura sustentável de dividendos com base em lucros normalizados sustentáveis, tendo em conta:
 - Lucros voláteis criados pela contabilização do valor justo (quando aplicável);
 - Lucros previstos sobre o capital empregado; e
 - Requisito de crescimento orgânico e uma margem de segurança para flutuações imprevisíveis nos planos de negócios.
- Avaliação de desempenho ajustado ao risco.

Objectivos e políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do banco originam exposição a riscos de diversa ordem e exigem uma gestão profissional dos mesmos. As principais funções do banco em termos de gestão de risco consistem em identificar a totalidade dos riscos-chaves para o banco, mensurar esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as alocações adequadas de capital.

O banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados por forma a considerar alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

O objectivo do banco é o de atingir um equilíbrio permanente entre risco / retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro. O banco define risco como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas ou a falta de obtenção de ganhos, as quais podem ser causadas por factores internos ou externos.

Uma gestão de riscos eficiente é crucial numa organização complexa como o banco. Uma cultura de gestão de risco robusta e sólida assegura que sejam tomadas decisões de negócio adequadas, por forma a equilibrar os diversos riscos inerentes a qualquer transacção ou recompensa. Um conhecimento e cumprimento da cultura de risco são parte integrante das actividades quotidianas do banco.

O Conselho de Administração do banco reconhece ser responsável, em última instância, por se justificar perante os accionistas relativamente:

- Ao processo de gestão de riscos e aos sistemas de controlo interno;
- À identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar a existência e manutenção de um sistema de controlo interno adequado que permita reduzir a um nível aceitável os riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar que existe um processo documentado e testado que permite ao banco continuar os seus processos comerciais críticos, mesmo em casos de ocorrência de incidentes que tenham impacto nas actividades por si desenvolvidas; e
- A rever o sistema de controlo interno quanto à sua efectividade e eficiência.

A Administração define, por escrito, as principais políticas de gestão de risco, assim como políticas que visam cobrir áreas específicas, tais como risco cambial, risco de taxas de juro, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Adicionalmente, a função de auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de riscos e dos controlos implementados.

Os principais tipos de risco a que o banco se encontra exposto são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e o risco operacional.

Estas notas apresentam a exposição do banco face a tipos de riscos abaixo indicados, os objectivos do banco, políticas, processos para mensuração e gestão dos referidos riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o banco tem de sofrer perdas financeiras, se um dos seus clientes ou uma outra entidade não cumprir com as suas obrigações. O risco de crédito provém essencialmente dos empréstimos comerciais e de consumo, adiantamentos, cartões de crédito e outros compromissos relacionados com tais actividades, como os derivados do crédito, garantias bancárias, cartas de crédito, endossos e avales.

Sendo o risco de crédito o maior risco do banco, a direcção gere a sua exposição cuidadosamente. A gestão e o controlo do risco de crédito são supervisionados por uma equipa de gestão de risco de crédito, que reporta à Administração e aos responsáveis de cada área. O banco gere as carteiras de crédito com especial atenção às interações entre as várias equipas envolvidas na gestão do risco. Estas acções melhoraram com a adopção de procedimentos contínuos, termos de metodologias e ferramentas para a avaliação e controlo dos riscos, a reforma dos procedimentos do departamento de crédito e a introdução de técnicas desenvolvidas pelo Grupo FirstRand.

como podemos ajudar?

Relatório de Disciplina de Mercado

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals



Gestão do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos (incluindo empréstimos acordados e garantias)

A estimativa de exposição de crédito é complexa e requer o uso de modelos, uma vez que o valor de um produto varia em função das mudanças das variáveis do mercado, fluxos de caixa esperados e a passagem do tempo. A avaliação de risco de crédito de uma carteira de activos implica posteriores estimativas sobre a probabilidade de falhas que possam ocorrer das taxas de perda associadas e falhas na correlação entre as contrapartes.

O banco desenvolveu um modelo de apoio à quantificação do risco de crédito. Este modelo de avaliação e pontuação está em uso para todas as carteiras de crédito e forma a base para mensuração dos padrões de riscos. Ao mensurar os riscos de crédito dos empréstimos e adiantamentos a nível da contraparte, o banco considera três componentes:

- A "probabilidade de incumprimento" por parte do cliente ou contraparte das suas obrigações contratuais;
- A exposição actual da contraparte e o seu provável futuro desenvolvimento, do qual deriva a exposição ao incumprimento" que poderá afectar o banco; e
- A taxa provável de recuperação das obrigações em mora ("loss given default").

O modelo é revisto regularmente, de modo a monitorar a sua robustez em relação ao desempenho actual e é alterado, quando necessário, conforme necessário para otimizar a sua eficácia.

(i) Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade de incumprimento é definida como sendo a probabilidade de incumprimento por contraparte, de qualquer uma das suas obrigações durante o próximo ano e é uma forma de avaliação da capacidade e vontade da contraparte em reembolsar os empréstimos contraídos. O incumprimento neste contexto é definido em duas dimensões:

- Derivado do tempo: a contraparte está em mora de pelo menos uma prestação ou regularização do seu saldo em descoberto; e

- Derivado de um evento: o banco tem razão para acreditar que o empréstimo não será recuperado na sua totalidade, e classifica-o como tal (inclui a perda do capital ou juros, bem como a reestruturação das prestações que resultam numa perda para o banco).

O banco aplica esta definição de incumprimento de forma consistente em todas as carteiras de crédito bem como no reconhecimento de empréstimos em mora (non-performing loans) para fins contabilísticos.

(ii) Exposição ao incumprimento (EAD)

A exposição ao incumprimento (EAD) de um determinado empréstimo é definida como sendo a exposição esperada a que o banco pode estar sujeito, em caso de incumprimento no pagamento dos empréstimos pela contraparte no ano seguinte. Reflecte os compromissos assumidos e as facilidades concedidas pelo banco, que não foram pagas e que podem ser diluídas durante o período de tempo em análise (exposições não reconhecidas no balanço). Também mensura a exposição potencial face à posição dos derivados.

O banco adoptou um modelo EAD adaptado às respectivas carteiras e aos produtos utilizados. Estes foram desenvolvidos internamente e são revistos em função da informação histórica dos incumprimentos.

(iii) Perdas derivadas do incumprimento (LGD)

A perda derivada de um incumprimento é a terceira maior componente de risco de crédito estimado pelo banco em função do seu modelo interno. É definida como sendo uma perda económica que se espera que o banco venha a sofrer, num determinado empréstimo, devido ao incumprimento da contraparte, e é normalmente expresso como sendo uma percentagem do valor de exposição em pendente na altura do incumprimento.

Na maioria das carteiras, o LGD depende do tipo, qualidade, e nível de subordinação e o valor da garantia em poder do banco em comparação com o nível de exposição total, bem como a efectividade do processo de recuperação e o período do fluxo de caixa recebido durante o trabalho ou processo de reestruturação.

Os modelos de avaliação do LGD desenvolvidos internamente são utilizados para avaliação das carteiras de crédito e são revistos em função das experiências internas e externas.

Mecanismos de controlo do limite de risco de crédito e políticas de mitigação

O banco gere os limites e controla as concentrações de risco de crédito onde quer que estejam identificados (em particular, a contrapartes individuais e grupos, e às indústrias). O banco estrutura os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites no valor do risco aceite, em relação ao cliente ou grupo de clientes que contraem empréstimos e também em função dos segmentos industriais e geográficos. Estes riscos são supervisionados numa base periódica e sujeitos a uma revisão anual ou em período inferiores, quando necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto e sector industrial são reportados ao Conselho de Administração, trimestralmente. Qualquer ajuste a estes limites é efectuado e aprovado individualmente.

A exposição de qualquer cliente, incluindo bancos e correctores, é restringida pelos sub-limites que cobrem os riscos reconhecidos e não reconhecidos, no balanço e os limites diários de risco em relação a itens de negociação, tais como contratos cambiais a termo (forwards). A exposição actual contra os limites é supervisionada diariamente. A exposição ao risco de crédito é periodicamente gerida através da análise da capacidade dos clientes de liquidar as prestações mensais em dívida, e alterando os limites do empréstimo quando necessário.

Os limites de crédito são revistos em função da evolução das condições económicas, do mercado, análises de crédito e avaliações periódicas da probabilidade de incumprimento. Alguns controlos específicos e medidas de mitigação são descritos abaixo:

(a) Garantias

O banco implanta diversas políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de garantias sobre os empréstimos concedidos, que é uma prática comum. O banco implementou orientações sobre a aceitabilidade das classes específicas de garantia suplementares ou de redução de risco de crédito.

Os principais tipos de garantia para empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhor sobre os bens comerciais, como propriedade, inventário e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e capital, e
- Garantias dos accionistas (de empresa ou pessoais).

Por norma são obtidas garantias para financiamentos de longo prazo e para financiamentos concedidos a empresas. Constitui procedimento regular a exigência de garantias aquando da concessão de créditos a particulares. Adicionalmente, de modo a minimizar o risco de perda de crédito, o banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que sejam conhecidos indicadores de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos relevantes concedidos a particulares.

(b) Compromissos relacionados com o crédito

30 de Junho de 2016	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	4 958 202	196 671	47 148	8 607	656 987	5 867 615
Retalho	1 726 598	165 456	36 699	39 736	205 044	2 173 533
Total	6 684 800	362 127	83 847	48 343	862 031	8 041 148

30 de Junho de 2015	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	5 279 493	42 397	20 592	88 553	153 112	5 584 147
Retalho	1 098 833	8 902	4 137	58 318	105 055	1 275 245
Total	6 378 326	51 299	24 729	146 871	258 167	6 859 392

Aquando do reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, o justo valor da garantia é calculada com base em técnicas de avaliação comumente utilizadas para os activos correspondentes. Em períodos subsequentes, o justo valor é avaliado tendo como referência os preços de mercado ou índices dos activos similares.

(b) Empréstimos e adiantamentos com imparidade individual

O valor bruto dos clientes com imparidade individual, no total da carteira de crédito do banco, e o montante de colaterais que o banco possui para minimizar o risco de crédito dos mesmos clientes, encontra-se abaixo indicado:

	30-06-2016	30-06-2015
Valor bruto	8 041 148	6 859 392
Empréstimos com imparidade individual	862 031	118 738
Justo valor das garantias	1 377 074	908 535

(c) Empréstimos e adiantamentos renegociados

As actividades de reestruturação incluem reescalonamento das prestações a pagar, aprovação de planos de gestão externos, alteração e diferimentos de pagamentos. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em indicadores e critérios que indicam que os pagamentos irão ser realizados. Estas políticas são periodicamente revistas. As reestruturações dos créditos ocorrem normalmente com os créditos a prazo.

O montante dos empréstimos renegociados e mantidos pelo banco à data de 30 de Junho de 2016 que se encontravam vencidos ou que apresentavam indícios de imparidade, ascendia a 351.548 milhares de Meticals (30 de Junho de 2015: 179.280 milhares de Meticals).

Políticas de provisão e imparidade

O banco estabelece uma provisão para perdas por imparidade que representa a sua estimativa de perdas na sua carteira de crédito. Os principais componentes desta provisão são as perdas específicas relacionadas com o risco de crédito específico e a provisão para grupo homogéneos de créditos, nas situações em que as perdas tenham sido incorridas e não identificadas na avaliação individual.

O principal objectivo deste tipo de instrumentos é o de garantir a disponibilidade de fundos para determinado cliente quando este deles necessita. O banco atribui às garantias concedidas e cartas de crédito o mesmo risco de crédito que atribui aos financiamentos. Os créditos documentários e as cartas de crédito, que representam compromissos escritos assumidos pelo banco em nome de um cliente, autorizando uma terceira entidade a obter fundos do banco até um valor previamente estipulado mediante termos e condições específicas, são garantidos pelo valor dos bens adquiridos a que respeitam os pagamentos e, consequentemente, apresentam um grau de risco menor do que o atribuído a um financiamento directo.

Compromissos para extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações para extensão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que se refere ao risco de crédito relacionado com os compromissos para aumentar o crédito, o banco está potencialmente exposto a uma perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável de perda é menor do que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar crédito está sujeita à manutenção, pelos clientes dos padrões de crédito específicos (referida muitas vezes como compromissos financeiros). O banco supervisiona o período de maturidade dos compromissos de crédito, uma vez que os créditos a médio ou longo prazo apresentam um nível de risco maior que os de curto prazo.

Qualidade do crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos vencidos, mas não em imparidade (montantes brutos)

Os adiantamentos são considerados vencidos quando não foi cumprida a data específica acordada para a sua amortização ou quando não tiverem sido pagas as prestações regulares previstas para a sua amortização. Um empréstimo a pagar à vista é classificado como vencido quando uma cobrança, apesar de efectuada, não é feita de acordo com os requisitos que haviam sido estabelecidos para o efeito. A análise

como podemos ajudar?

Relatório de Disciplina de Mercado

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals



Risco cambial

O risco cambial é o risco de o valor de um instrumento flutuar em virtude da variação das taxas de câmbio.

O banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos seus fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabeleceu limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições "overnight" como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. O quadro abaixo resume a exposição do banco em termos de risco cambial, por moeda, à data de 30 de Junho 2016. Estão inclusos na tabela, os instrumentos financeiros do banco sobre os valores contábeis, que encontram-se categorizados por moeda.

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Activo						
Caixa e equivalentes de caixa	1 693 248	121 873	197 870	953	1 955 776	3 969 720
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	-	-	-	-	1 750 104	1 750 104
Créditos e adiantamentos a clientes	445 703	1	32	-	7 395 711	7 841 447
Contas a receber	8 208	4 674	28 444	-	14 886	56 212
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	45 524	45 524
Activos tangíveis	-	-	-	-	7 18 779	7 18 779
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	8 071	8 071
Activos intangíveis	-	-	-	-	57 025	57 025
Total do activo	2 147 159	126 548	226 346	953	11 960 224	14 461 230

Passivo	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Depósitos e contas correntes	1 814 088	126 547	226 141	-	9 263 019	11 429 795
Cretores e acréscimos de custos	242 950	4 676	839	-	258 443	506 908
Provisões	-	-	-	-	26 296	26 296
Passivos subordinados	63 640	-	-	-	-	63 640
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12 183	12 183
Total do passivo	2 120 678	131 223	226 980	-	9 559 941	12 038 822

Capitais próprios	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Capital social	-	-	-	-	1 957 547	1 957 547
Reservas	-	-	-	-	529 455	529 455
Resultados transitados	-	-	-	-	(64 594)	(64 594)
Total de capitais próprios	-	-	-	-	2 422 408	2 422 408

Exposição líquida - 30 de Junho de 2016	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
	26 481	(4 675)	(634)	953	(22 125)	-

Exposição líquida - 30 de Junho de 2015	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
	(13 114)	11 124	(230)	(12 456)	14 676	-

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Extrapatrimoniais						
Garantias	1 676	397	-	-	191 118	193 191
Cartas de crédito	460	154	-	-	-	614
	2 136	551	-	-	191 118	193 805

Saldo em 30 de Junho de 2016	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
	28 617	(4 124)	(634)	953	168 993	193 805

Saldo em 30 de Junho de 2015	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
	174 719	19 590	(230)	(12 456)	367 071	548 694

Risco Operacional

O Risco operacional resulta, essencialmente, de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, por comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização tais como legais e regulamentares.

Diferentemente de outros tipos de risco, o risco operacional é um risco que não é assumido deliberadamente durante a actividade. Existe em graus variados, em todas as actividades organizacionais. As principais fontes desse risco incluem:

- Fraude;
- Cumprimento dos regulamentos;
- Recrutamento;
- Formação e retenção de talento;
- Confiança nos processos operacionais;
- Segurança dos sistemas de informação;
- Subcontratação de operações;
- Dependência em fornecedores chave;
- Implementação de mudanças estratégicas;
- Erro humano;
- Qualidade dos serviços; e
- Impacto social e ambiental.

As provisões para imparidade são reconhecidas para efeitos de relato, apenas quando incorridas na data de relato e exista uma evidência efectiva de imparidade, que é determinada com base nos seguintes critérios definidos pelo banco:

- Incumprimento contratual no pagamento do capital ou juros;
- Evidência de dificuldades de tesouraria por parte do cliente (ex: Rácio de solvabilidade; resultados líquidos sobre as vendas);
- Quebra dos termos do contrato;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do cliente;
- Deterioração do justo valor da garantia; e
- Descida para um nível abaixo do elegível para concessão de um empréstimo.

As normas do banco exigem a revisão anual dos activos financeiros individuais que estejam acima do limiar de materialidade e com antiguidade superior a 90 dias, em períodos inferiores, sempre que se justifique. O cálculo da imparidade das contas individuais é determinado com base na avaliação das perdas à data do relato. São determinados individualmente, caso a caso. Nestas avaliações são consideradas as garantias em posse do banco e as receitas previstas da conta individual.

As provisões de imparidade colectivas são constituídas para:

- As carteiras de activos homogéneos que individualmente encontram-se abaixo do nível de materialidade; e
- As perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas com base na informação histórica disponível, o julgamento técnico e técnicas estatísticas.

Exposição máxima do risco de crédito antes da garantia ou outras melhorias de crédito

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:	30-06-2016	30-06-2015
Caixa e equivalentes de caixa	3 969 720	2 097 914
Activos financeiros disponíveis-para-venda	14 348	8 713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	1 750 104	1 857 812
Créditos a clientes	7 841 447	6 602 067
Contas a receber	56 212	81 355
	13 631 831	10 647 861

Exposição ao risco de crédito relativo a itens não reconhecidos no balanço são os seguintes:

Garantias prestadas	710 530	780 710
Linhas de crédito não utilizadas	2 009 584	1 218 801
Cartas de crédito	40 186	100 997
	2 760 300	2 100 508

Os quadros acima representam o pior cenário de exposição do banco em termos de risco de crédito à data de 30 de Junho de 2016 e 2015, não tendo sido considerado o justo valor das garantias ou colaterais obtidos. Relativamente aos activos reconhecidos no Balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor líquido contabilístico registado.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter, ao nível mínimo para o banco, a exposição ao risco de crédito que resulte da carteira de empréstimos e adiantamentos efectuados. Esta posição consubstancia-se no facto de o banco ter introduzido um processo de selecção mais rigoroso sobre a concessão de empréstimos e adiantamentos.

Risco de mercado

O banco assume a exposição ao risco de mercado. O risco de mercado é decorrente da possibilidade de acontecer perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento. Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam acções, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre acções / índices, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é assim transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias. O banco separa a exposição ao risco em duas categorias: comercial e não comercial.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO). O Conselho de Administração é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As carteiras de crédito comercial incluem as posições resultantes de transacções de mercado no qual o banco actua como elemento fundamental em relação ao cliente e ao mercado. As carteiras não comerciais relacionam-se com a gestão da taxa de juro de activos, de passivos de entidades bancárias. Carteiras não comerciais também incorporam os riscos cambiais e de capital decorrentes dos investimentos detidos até à maturidade e os disponíveis para a venda.

como podemos ajudar?

Relatório de Disciplina de Mercado

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals



O risco operacional pode ser dividido entre frequência elevada / severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o banco a um baixo nível de perdas e baixa frequência / alta severidade, que constituem eventos que são por norma raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para a organização.

O banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura empresarial e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um sistema de valor saudável. A direcção é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica por forma a contemplar alguma necessidade de mudança. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos que permitem mitigar o risco operacional é dos gestores seniores de cada unidade de negócio. Esta responsabilidade é suportada por procedimentos formais e informais, tais como:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Reconciliação e monitoramento de transacções;
- Cumprimento de requisitos legais e regulamentares;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Verificação periódica dos riscos operacionais e adequação dos controlos e procedimentos de mitigação dos riscos;
- Reporte regular das operações financeiras e operacionais e proposta de desenvolvimento do plano de contingências;
- Formação e desenvolvimento profissional; e
- Implementação de normas sobre ética.

Participações Patrimoniais

	30-06-2016	30-06-2015
Activos financeiros disponíveis-para-venda		
Titulos de investimento – Participações financeiras não cotadas	14,348	8,713

O saldo desta rubrica é decomposto como segue:
Investimento de 13.260 milhares de Meticals (7.508 milhares de Meticals em 2014) relativo a 2,45% do capital da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Esta participação está relacionada com a licença da SIMO que presta vários serviços ao mercado interbancário. O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 1.088 milhares de Meticals referente a 19.86% (constituído por 49.900 acções) na Sociedade InterBancos, S.A. A Sociedade InterBancos é a entidade que gere a rede interbancária "Ponto24" em Moçambique que disponibiliza serviços através do cartão "Ponto24" ou VISA em terminais ATM e POS, assim como por Internet "NET.24" e telemóvel "MOBILE.24". O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 0.117 milhares de Meticals adquirido em 2014, representado por 1 acção, na Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais (SWIFT) é uma sociedade cooperativa internacional, com sede em Bruxelas, com o objectivo de criar um canal de comunicação global entre seus participantes, bem como padronizar transações financeiras internacionais.

Os movimentos na rubrica durante o ano apresentam - se como segue:

Titulos de investimento – Participações financeiras não cotadas	14,348	8,713
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	14 348	8 713
Compra de titulos	-	-
Conversão de empréstimo para investimento	-	-
Movimento do justo valor	-	-

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis do mercado das taxas de juro, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem sofrer aumentos como consequência desse tipo de flutuações mas pode também ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração estabeleceu limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, sendo estes monitorados de forma regular pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO).

O quadro abaixo resume o grau de exposição do banco aos riscos da taxa de juro. Inclui instrumentos financeiros do banco em valores contabilísticos, categorizados pelo anterior de repactuação contratual ou datas de vencimento.

Um ambiente de taxas de juros decrescentes pode representar um risco significativo para a margem financeira do banco, sendo que uma descida de 200bp nas taxas de juros poderia causar uma redução de 13% (176.9 milhões de Meticals) na receita líquida de juros (132.7 milhões de Meticals em 30 de Junho de 2015). Um aumento de 200bp nas taxas de juros poderia causar um crescimento de 5% (64.25 milhões de Meticals) na receita líquida de juros (132.7 milhões de Meticals em 30 de Junho de 2015).

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

30 de Junho de 2016	Prazo até vencimento					Total
	Até 1 mes	1 – 3 meses	3 – 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	2 300 546	-	-	-	1 669 174	3 969 720
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	50 000	555 000	902 000	243 104	-	1 750 104
Créditos a clientes	7 716 113	8 440	39 800	77 094	-	7 841 447
Contas a receber	-	-	-	-	56 212	56 212
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	45 524	45 524
Activos tangíveis	-	-	-	-	718 779	718 779
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	8 071	8 071
Activos intangíveis	-	-	-	-	57 025	57 025
Total do activo	10 066 659	563 440	941 800	320 198	2 569 133	14 461 230

Passivos						
Depósitos e contas correntes	8 407 108	1 205 643	1 817 044	-	-	11 429 795
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	506 909	506 909
Provisões	-	-	-	-	26 296	26 296
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12 183	12 183
Passivos subordinados	-	-	-	-	63 640	63 640
Total do passivo	8 407 108	1 205 643	1 817 044	-	609 028	12 038 823

Exposição líquida – 30 de Junho de 2016	1 659 551	(642 203)	(875 244)	320 198	1 960 105	2 422 407
--	------------------	------------------	------------------	----------------	------------------	------------------

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

30 de Junho de 2015	Prazo até vencimento					Total
	Até 1 mes	1 – 3 meses	3 – 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	427 362	-	-	-	1 670 552	2 097 914
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	8 713	8 713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	560 000	542 410	563 402	192 000	-	1 857 812
Créditos a clientes	2 138 456	232 015	205 315	4 026 282	-	6 602 068
Contas a receber	-	-	-	-	81 355	81 355
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	44 105	44 105
Activos tangíveis	-	-	-	-	413 331	413 331
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	2 247	2 247
Activos intangíveis	-	-	-	-	17 572	17 572
Total do activo	3 125 818	774 425	768 717	4 218 282	2 237 875	11 125 117

Passivos						
Depósitos e contas correntes	6 568 017	939 024	1 311 735	-	-	8 818 776
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	379 485	379 485
Provisões	-	-	-	-	37 426	37 426
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	6 666	6 666
Passivos subordinados	-	-	-	-	12 523	12 523
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	38 970	-	38 970
Total do passivo	6 568 017	939 024	1 311 735	38 970	436 100	9 293 846

Exposição líquida – 30 de Junho de 2015	(3 442 199)	(164 599)	(543 018)	4 179 312	1 801 775	1 831 271
--	--------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor para fazer face a um compromisso. Em situações extremas, a falta de liquidez pode resultar na redução do balanço e alienação de activos, ou potencialmente na incapacidade de cumprir com a concessão de empréstimos acordados. O risco de que o banco não tenha condições de fazer é inerente em todas as operações bancárias e isso pode ser afectado por uma série de eventos de instituições específicas e do mercado, incluindo, mas não limitado a, eventos de crédito, actividade de fusão e aquisição, choques sistémicos e desastres naturais.



como podemos ajudar?

Relatório de Disciplina de Mercado

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Montantes expressos em milhares de Meticals



Avaliação e gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são ultrapassados por via de operações concretizadas com a empresa mãe e com as instituições de crédito inscritas no sistema de operações de mercado junto do Banco de Moçambique. A gestão da liquidez é efectuada pela equipa do departamento de tesouraria do banco, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade dos limites de liquidez definidos a nível orçamental. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios, que possibilitam a cobertura dos mesmos.

Activos detidos para gestão do risco de liquidez

Os activos disponíveis destinados à cobertura dos passivos e cobertura dos compromissos de empréstimos assumidos incluem os valores em numerário, depósitos junto ao Banco Central, itens relacionados com as cobranças e outros elegíveis, empréstimos e adiantamentos aos bancos e aos clientes. No decurso normal dos negócios, a proporção dos empréstimos a clientes, contratualmente reembolsáveis no prazo de um ano será alargado. Adicionalmente, alguns títulos de tesouraria e outras facturas foram utilizados para cobrir determinados passivos. O banco pode ultrapassar situações de falta de liquidez com a venda de títulos de tesouraria ou com a obtenção de empréstimos.

Os quadros abaixo indicam a situação de liquidez total do banco, tal como apresentada à direcção, numa base de fluxo de caixa contratuais.

Até 30 de Junho de 2016	Até 1 mes	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Activos não liquidados	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	3 969 720	-	-	-	-	-	3 969 720
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	14 348	14 348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	50 000	555 000	902 000	243 104	-	-	1 750 104
Créditos a clientes	2 725 790	382 967	1 068 090	2 565 229	1 099 371	-	7 841 447
Contas a receber	-	56 212	-	-	-	-	56 212
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	45 524	45 524
Activos tangíveis	-	-	-	-	-	718 779	718 779
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	8 071	8 071
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	57 025	57 025
Total	6 745 510	994 179	1 970 090	2 808 333	1 099 371	843 747	14 461 230

Até 30 de Junho de 2015	Até 1 mes	1 – 3 meses	3 – 12 meses	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Passivos não financeiros	Total
Total dos capitais próprios e passivo							
Depósitos e contas correntes	8 407 108	1 205 643	1 817 044	-	-	-	11 429 795
Credores e acréscimos de custos	379 467	-	-	-	-	127 441	506 908
Provisões	-	-	-	-	-	26 296	26 296
Passivos subordinados	-	-	-	63 640	-	-	63 640
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	12 183	12 183
Total de capitais próprios	8 786 575	1 205 643	1 817 044	63 640	-	2 422 408	14 461 230

Varição líquida – 30 de Junho de 2016	(2 041 065)	(211 464)	153 046	2 744 693	1 099 371	(1 744 581)	-
Varição líquida – 30 de Junho de 2015	(2 339 759)	(198 500)	(543 004)	2 853 122	2 013 053	(1 784 911)	-

Itens não reconhecidos na Balança

(a) **Garantias bancárias**

Os compromissos de empréstimos assumidos pelo banco perante os seus clientes e os montantes contratualmente envolvidos encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(b) **Outros compromissos de crédito**

Informações sobre outros compromissos de crédito encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(c) **Obrigações do leasing operacional**

Quando o banco é o locatário, os futuros pagamentos mínimos da locação segundo locações operacionais não canceláveis estão resumidas na tabela abaixo.

Quando o banco é o locatário, os futuros pagamentos mínimos da locação segundo locações operacionais não canceláveis estão resumidas na tabela abaixo.

Até 30 de Junho de 2016	Inferior a 1 ano	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	710 530	-	-	710 530
Cartas de crédito	40 186	-	-	40 186
Linhas de crédito não utilizadas	2 009 584	-	-	2 009 584
Compromissos relativos a locação operacional	74 272	113 569	-	187 841
Despesas de capital	190 595	373 521	-	564 116
Total	3 025 167	487 090	-	3 512 257

Até 30 de Junho de 2015	Inferior a 1 ano	1 – 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	458 730	2 322	-	461 052
Cartas de crédito	87 643	-	-	87 643
Linhas de crédito não utilizadas	921 830	-	-	921 830
Compromissos relativos a locação operacional	22 893	47 031	-	69 924
Despesas de capital	246 004	-	-	246 004
Total	1 737 100	49 353	-	1 786 453

Ideias, IGA.



Pague nas POS com o telemóvel sem necessitar do seu cartão.



21 355 999
Linha do Cliente

First National Bank



poupe os seus trocos sempre que pagar com o cartão FNB



First National Bank